



Práticas da Psicologia e Vivências Interseccionais de Adolescentes em Medidas Socioeducativas em meio aberto: uma Revisão de Literatura

Saloméia Santos Sampaio*¹, Helena Rachel da Mota Araujo¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

***2025f0200@uesb.edu.br**

Trabalhos Completos: GT 02 - Etnias, Gênero e Diversidade Sexual.

RESUMO

Esta revisão integrativa de literatura teve como objetivo analisar a produção de teses e dissertações brasileiras sobre a atuação da psicologia e as experiências de adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com foco nas medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), resultando na seleção de nove trabalhos publicados entre 2012 e 2025. Os materiais foram analisados e emergiram três categorias: a) Práticas Profissionais e Atuação Psicológica; b) Vivências juvenis e interseccionalidades; e c) Críticas Institucionais ao Sistema Socioeducativo. Os resultados evidenciam a importância da escuta qualificada, da construção de vínculos e da leitura crítica das desigualdades estruturais no cotidiano da socioeducação. Apontam ainda que embora algumas produções abordem questões de raça, gênero e classe, a perspectiva interseccional ainda é incipiente.

Palavras-chave: Psicologia; Socioeducação; Interseccionalidade.

Submetido em: 09/10/2025 | **Aceito em:** XX/XX/2024 (não preencher)

INTRODUÇÃO

A socioeducação em meio aberto constitui uma importante estratégia de responsabilização juvenil, articulada aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). É regulamentada nacionalmente pela Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Brasil, 2012). O sistema socioeducativo prevê uma série de medidas que podem ser aplicadas a adolescentes que cometem atos infracionais, variando desde intervenções mais brandas até aquelas que envolvem a privação de liberdade. Entre elas, destacam-se a Liberdade Assistida (LA), que consiste no acompanhamento do adolescente em liberdade, com orientação e apoio de uma equipe técnica e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que envolve a realização de atividades em instituições públicas ou privadas, como forma



educativa de responsabilização. Desse modo, as medidas LA e PSC propõem alternativas à privação de liberdade, tendo como objetivo a responsabilização dos adolescentes autores de ato infracional por meio de ações de caráter educativo, protetivo e comunitário (Brasil, 1990).

Contudo, a fragmentação intersetorial, a precarização dos serviços públicos e o caráter muitas vezes burocrático dos acompanhamentos configuram entraves ao exercício de práticas que promovam vínculos, escuta qualificada e responsabilização crítica (Oliveira, 2021; Lopes, 2021). Soma-se a isso a invisibilização das trajetórias marcadas por exclusões múltiplas, como pobreza, racismo, violência institucional, abandono escolar e desigualdade de acesso a políticas públicas, que compõem o cotidiano de grande parte dos adolescentes em cumprimento dessas medidas (Silva, 2021; Margente, 2019).

Nesse sentido, a categoria analítica da interseccionalidade tem se mostrado fundamental para a compreensão das experiências vividas por esses adolescentes. Conforme propõe Akotirene (2019), a interseccionalidade não deve ser compreendida como mera sobreposição de opressões, mas como uma ferramenta que denuncia os modos estruturais de dominação articulados entre raça, classe, gênero, território e geração.

Diante desse cenário, os profissionais que atuam diretamente com esses adolescentes e com a aplicação dessas medidas precisam estar sensíveis a essas questões e desenvolver estratégias de enfrentamento que considerem as vulnerabilidades sociais, os direitos humanos e os processos de responsabilização sem violação. Nesse contexto, a atuação da/do psicóloga(o) é fundamental na construção de ações que promovam o desenvolvimento, a autonomia e a reparação psicossocial desses jovens.

Assim, a psicologia, como campo de saber e prática implicado nas políticas públicas, tem se constituído como área estratégica na mediação entre as pessoas e as instituições. Ao mesmo tempo, sua atuação no sistema socioeducativo é atravessada por tensões entre demandas normativas, técnicas e ético-políticas (Machado, 2019; Bertol, 2019). Diante ao exposto, o papel da/do psicóloga(o)



assume a tarefa de escutar, compreender e intervir em realidades complexas e historicamente desiguais (CFP, 2010).

Diante disso, esta revisão integrativa de literatura tem como objetivo analisar e sistematizar a produção de teses e dissertações brasileiras sobre as práticas da psicologia e as experiências de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, respondendo à seguinte pergunta de pesquisa: Como as teses e dissertações brasileiras têm abordado as práticas profissionais da psicologia e as experiências de adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere à classificação metodológica, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma revisão integrativa de literatura, modalidade que possibilita a síntese do conhecimento existente sobre determinado tema e favorece a incorporação de resultados relevantes à prática científica (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Tal método compreende seis etapas: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão. Tal modalidade investigativa é relevante por possibilitar a identificação de dados atuais e significativos sobre o tema em questão, contribuindo para a formulação de questionamentos e reflexões (Marconi; Lakatos, 2003). Ademais, baseia-se na análise de materiais previamente publicados e acessíveis ao público (Gil, 2010).

A busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 20 de junho de 2025, utilizando os descritores: "socioeducação" AND "psicologia" AND "meio aberto". Foram considerados trabalhos de mestrado e doutorado publicados entre 2012 e 2025, período posterior à implementação do SINASE, Lei nº 12.594/2012, por representar um marco legal na política socioeducativa brasileira. Foram incluídas produções que abordavam as medidas socioeducativas em meio aberto de LA e PSC, articuladas à atuação da Psicologia, às experiências de adolescentes e às



perspectivas interseccionais. Excluíram-se os estudos voltados exclusivamente às medidas de privação de liberdade ou que não apresentavam interface com o campo da Psicologia.

Durante a fase de identificação, foram localizados dez registros na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a partir da combinação dos descritores: "socioeducação" AND "psicologia" AND "meio aberto". Não foram encontrados registros duplicados, uma vez que os resultados estavam diretamente vinculados ao cruzamento específico desses termos. Na etapa de triagem, todos os dez documentos foram submetidos à leitura. Durante essa análise, foi identificada uma dissertação que, embora tratasse do contexto da socioeducação em meio aberto, não apresentava articulação teórica ou metodológica com o campo da Psicologia, com isso, a dissertação foi retirada da análise final, totalizando nove produções acadêmicas analisadas.

Após a seleção dos estudos, procedeu-se à leitura analítica e à organização dos dados conforme a metodologia de revisão integrativa proposta por Souza, Silva e Carvalho (2010), respeitando as etapas de identificação, triagem, extração e síntese das informações. Para o tratamento e análise dos dados, empregou-se a análise temática de conteúdo, conforme Bardin (2016), técnica que possibilita a identificação de núcleos de sentido e a posterior categorização do material. A partir desse processo, emergiram três eixos principais de análise: (a) Práticas profissionais e atuação psicológica; (b) Vivências juvenis e interseccionalidades; (c) Críticas institucionais ao sistema socioeducativo.

Essa sistematização permitiu a construção de uma leitura comparativa entre as produções selecionadas, evidenciando convergências teóricas, lacunas e tendências na produção científica brasileira sobre Psicologia e socioeducação em meio aberto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos nove trabalhos selecionados, após os procedimentos metodológicos de identificação, triagem e elegibilidade, permitiu identificar pontos de convergência nas abordagens. Apesar das distintas metodologias e



contextos, os estudos compartilham preocupações comuns em torno da socioeducação em meio aberto e da atuação da Psicologia.

Para apresentar, de forma sistematizada, os dados extraídos das produções selecionadas, elaborou-se o quadro a seguir. Nele constam informações essenciais sobre os trabalhos que compõem o corpus da revisão, tais como título, autor(a), ano de publicação, tipo de trabalho, objetivo e banco de dados de origem. Essa organização visa oferecer uma visão panorâmica das pesquisas analisadas, permitindo compreender suas contribuições para o campo da socioeducação em meio aberto.

Quadro 01: Mapeamento das publicações no banco de dados da CAPES.

Nº	Título	Autor(a)	Ano	Tipo de trabalho	Objetivo	Banco de dados
1	Modos de fazer na socioeducação: perspectivas de profissionais do meio aberto	Izabela dos Santos de Oliveira	2021	Mestrado Acadêmico	Analisar perspectivas profissionais sobre práticas na socioeducação em meio aberto	CAPES
2	Impasses do trabalho socioeducativo em meio aberto: a responsabilização entre a ação técnica e a ação política	Carolina Esmanhoto Bertol	2019	Doutorado	Investigar tensões entre a técnica e a política no trabalho socioeducativo	CAPES
3	Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto	Dayane Silva Rodrigues	2017	Doutorado	Refletir sobre uma intervenção grupal com adolescentes em meio aberto	CAPES
4	Sobre a escuta do sujeito em Liberdade Assistida: reflexões acerca da psicanálise e das medidas socioeducativas de meio aberto	Fernanda da Silva Von Porster	2020	Mestrado Acadêmico	Discutir a escuta na Liberdade Assistida a partir da psicanálise	CAPES
5	O sistema socioeducativo em meio aberto na cidade de Belo Horizonte (MG): sentidos construídos	Felipe Ramos Lobo	2023	Mestrado Acadêmico	Compreender sentidos construídos por profissionais no contexto de Belo Horizonte	CAPES



	pelas profissionais do serviço					
6	Identidades dos profissionais na socioeducação: autopercepções sobre o papel, atribuições e práticas cotidianas do orientador socioeducativo	Marília Mendes Lopes	2021	Mestrado Acadêmico	Analisar identidades e práticas de orientadores socioeducativos	CAPES
7	O sistema socioeducativo como garantidor dos direitos humanos: a visão do profissional psicólogo	Bianca Zanchi Machado	2019	Mestrado Acadêmico	Analisar a visão de psicólogos sobre o sistema socioeducativo	CAPES
8	Escrevivendo insubmissos verbos de vida com jovens negras na socioeducação	Kettle Silva	2021	Mestrado Acadêmico	Analisar vivências de jovens negras na socioeducação por meio da escrevivência	CAPES
9	Limites do Sistema Nacional de Socioeducação e do Estatuto da Criança e do Adolescente: algumas reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural	Matheus Vieira Margente	2019	Mestrado Acadêmico	Refletir criticamente sobre o SINASE e o ECA sob a Psicologia Histórico-Cultural	CAPES

Fonte: Dados de pesquisa, 2025.

Com base nessa leitura, foram identificadas três categorias principais de análise:

Práticas profissionais e psicologia na socioeducação

Vários estudos abordam os desafios enfrentados pelas equipes que atuam em meio aberto (Lobo, 2023; Lopes, 2021; Oliveira, 2021). O psicólogo aparece como mediador entre a lógica jurídica, o cuidado social e a escuta subjetiva, com forte tensão entre o técnico e o político (Bertol, 2019). A partir da análise dos achados dessa categoria, aponta a necessidade de uma atuação comprometida com os direitos humanos, sensível à realidade dos adolescentes e pautada na ética da escuta.

Vivências e discursos juvenis atravessados por interseccionalidades

As dissertações de Silva (2021) e de Porster (2020) destacam a importância da escuta ativa dos adolescentes, especialmente quando suas trajetórias



envolvem experiências de racismo, pobreza, gênero e exclusão institucional. As vivências de jovens negras, por exemplo, apontam para formas de resistência simbólica e crítica à lógica disciplinar (Silva, 2021). O trabalho de Rodrigues (2017) propõe o grupo como dispositivo dialógico, possibilitando a expressão, o vínculo e a ressignificação.

Tensionamentos institucionais e críticas ao sistema

Margente (2019) e Machado (2019) apontam limites estruturais do SINASE e do ECA, ressaltando que a responsabilização jurídica ainda é tratada de forma punitiva. A ausência de investimentos em políticas públicas e a sobrecarga das equipes socioassistenciais dificultam a efetivação de práticas emancipatórias.

A produção científica analisada revela que a socioeducação em meio aberto no Brasil permanece tensionada entre os princípios da proteção integral e as práticas institucionais que, muitas vezes, reproduzem lógicas punitivas e excludentes. A atuação da psicologia nesse campo se insere em contextos marcados por precarização dos serviços, fragmentação intersetorial e desafios ético-políticos, conforme evidenciam os trabalhos de Oliveira (2021), Lobo (2023) e Lopes (2021), que discutem os impasses enfrentados por profissionais que atuam na execução das medidas de LA e PSC.

A escuta qualificada do adolescente aparece como eixo fundamental para práticas transformadoras, conforme defendido por Porster (2020), ao abordar a medida socioeducativa sob a ótica da psicanálise, e por Rodrigues (2017), que propõe o grupo como espaço de construção de sentidos e vínculos. Esses estudos reforçam que a responsabilização juvenil só ganha potência quando articulada à escuta subjetiva, ao cuidado e ao reconhecimento da singularidade.

No que diz respeito às interseccionalidades, Silva (2021) destaca a experiência de adolescentes negras em cumprimento de medida socioeducativa, utilizando a escrevivência como método para evidenciar os atravessamentos de raça, classe e gênero na socioeducação. Essa abordagem se soma à crítica desenvolvida por Machado (2019), que defende uma prática psicológica ancorada na ética, nos direitos humanos e no enfrentamento das desigualdades estruturais.



Por outro lado, as limitações institucionais e normativas do sistema são discutidas por Margente (2019), que aponta os entraves do SINASE e do ECA frente à ausência de articulação federativa e ao esvaziamento político das medidas em meio aberto. Por fim, Bertol (2019) propõe uma leitura crítica da prática psicossocial, defendendo que o psicólogo deve atuar como mediador entre o técnico e o político, promovendo deslocamentos de sentido nas práticas institucionalizadas.

De modo geral, apesar de o recorte temporal da presente revisão incluir produções a partir de 2012, ano de publicação da Lei do SINASE, observou-se que as publicações que atendem aos descritores adotados só passaram a surgir a partir de 2017. Tal dado sugere que o interesse da comunidade acadêmica sobre a interface entre psicologia e socioeducação em meio aberto se consolidou de forma mais evidente apenas nos últimos anos, indicando um campo ainda em consolidação, com potencial para novas investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa de literatura mapeou e analisou a produção de teses e dissertações brasileira Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES sobre as práticas da psicologia e as experiências de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. A partir da análise de nove dissertações e teses, foi possível identificar tendências, lacunas e tensionamentos que atravessam esse campo de atuação e de conhecimento.

A análise revela que a atuação da psicologia no meio aberto é marcada por desafios ético-políticos e institucionais. Os profissionais frequentemente se veem em um lugar de mediação entre o jurídico, o social e o subjetivo, enfrentando as tensões entre a responsabilização técnica e a escuta comprometida com os direitos humanos. As práticas relatadas nos estudos analisados apontam para a importância da construção de vínculos, da escuta qualificada e do reconhecimento das trajetórias juvenis em suas múltiplas dimensões.

Observou-se que, embora algumas pesquisas abordem interseccionalidades como raça, gênero e território, essa perspectiva ainda aparece de forma pontual, não sendo majoritária na produção analisada. A maior parte dos trabalhos



concentra-se na atuação das equipes técnicas, nos sentidos atribuídos ao fazer socioeducativo e nas críticas ao sistema e à estrutura das políticas públicas, evidenciando fragilidades institucionais e a ausência de condições adequadas de trabalho.

Também se destaca a escassez de estudos voltados diretamente às vozes dos adolescentes, especialmente a partir de metodologias participativas. Ainda que algumas dissertações tenham valorizado a narrativa dos adolescentes em cumprimento de medida, há espaço para aprofundar a compreensão sobre suas vivências, estratégias de resistência e produção de sentido no contexto da socioeducação.

Dessa forma, os achados desta revisão reforçam a importância de ampliar a produção científica voltada ao meio aberto, considerando abordagens críticas, interseccionais e comprometidas com a transformação social. É necessário que futuras pesquisas não apenas descrevam as práticas institucionais, mas também tensionem os limites do modelo socioeducativo atual, propondo alternativas que fortaleçam o protagonismo juvenil, a integralidade da atenção e a atuação ética os profissionais da psicologia.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 113 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei nº12.594 de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília: CONANDA, 2012.

BERTOL, Carolina Esmanhoto. **Impasses do trabalho socioeducativo em meio aberto: a responsabilização entre a ação técnica e a ação política**. 2019. 171 p. (Tese em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no Sistema Socioeducativo**. Brasília, DF, 2010.



GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 220 p.

LOBO, Felipe Ramos. **O sistema socioeducativo em meio aberto na cidade de Belo Horizonte (MG): sentidos construídos pelas profissionais do serviço**. 2023. 89 p. (Dissertação em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

LOPES, Marília Mendes. **Identidades dos profissionais na socioeducação: autopercepções sobre o papel, atribuições e práticas cotidianas do orientador socioeducativo**. 2021. 144 p. (Dissertação em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

MACHADO, Bianca Zanchi. **O sistema socioeducativo como garantidor dos direitos humanos: a visão do profissional psicólogo**. 2019. 100 p. (Dissertação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MARGENTE, Matheus Vieira. **Limites do Sistema Nacional de Socioeducação e do Estatuto da Criança e do Adolescente: algumas reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural**. 2019. 205 p. (Dissertação em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

OLIVEIRA, Izabela dos Santos de. **Modos de fazer na socioeducação: perspectivas de profissionais do meio aberto**. 2021. 135 p. (Dissertação em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

PORSTER, Fernanda da Silva Von. **Sobre a escuta do sujeito em Liberdade Assistida: reflexões acerca da psicanálise e das medidas socioeducativas de meio aberto**. 2020. 76 p. (Dissertação em Psicanálise: Clínica e Cultura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

RODRIGUES, Dayane Silva. **Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto**. 2017. 246 p. (Tese em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Kettle. **Escrevivendo insubmissos verbos de vida com jovens negras na socioeducação**. 2021. 105 p. (Dissertação em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da, CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, 2010, p. 102–106.